

**Cahen, M. *Colonialidade: Um apelo à precisão de um conceito.*
Paris: Éditions Karthala, 2024.**

Paulo Henrique Martins¹

O livro *Colonialité: Plaidoyer pour la précision d'un concept*, de Michel Cahen, ainda não publicado em português, é uma contribuição importante para se avançar no debate sobre a questão colonial na América Latina e no Caribe, no atual momento. Embora o autor, que é professor da Universidade de Bordeaux, França, apresente-se como estudioso da colonização portuguesa na África, ele revela, de fato, uma leitura própria muito pertinente das linhas principais do debate sobre a questão *decolonial* na América Latina. Isto pode ser facilmente comprovado quando analisamos suas críticas às obras de Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Maria Lugones e Arturo Escobar que são alguns dos principais representantes deste debate desconstrucionista inspirado pela teoria da linguagem, e que prosperou na América Latina há algumas poucas décadas, e, no Brasil, com intensidade nos últimos anos. O autor tem uma redação fluida e apoia suas reflexões numa bibliografia pertinente sobre o tema da questão colonial, em geral, que ajuda a aprofundar sua crítica sobre o *decolonial*.

O livro é oportuno para o debate que se trava nos campos intelectuais das modernidades periféricas por várias razões que merecem ser enumeradas. Uma primeira delas diz respeito ao fato de que o debate sobre a colonização e a questão colonial, em geral, é tema de interesse dos pesquisadores franceses há muitos anos, embora seja verdade que o tema específico do *decolonial* apenas vem sendo tratado mais recentemente pelos franceses. É o

¹Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). <https://orcid.org/0000-0002-6297-3575>. Mestrado em Sociologia - Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1979); Doutorado de Terceiro Ciclo (Doctorat de Troisième Cycle) em Sociologia - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) (1979-1981); Doutorado Novo Regime (Nouveau Régime) (1988-1991); Pós-doutorado na Universidade de Paris-Nanterre (2001); Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). paulohenriquemar@gmail.com

caso do presente livro como igualmente daquele escrito recentemente por S. Dufoix². Percorrendo as citações do livro o leitor pode constatar a veracidade desta afirmação sobre a existência de bibliografia acadêmica importante produzida por intelectuais franceses ou publicada na França e que tratam do tema do colonial.

Mas mesmo que o debate sobre o *decolonial* não tenha atraído a atenção direta dos pesquisadores franceses até recentemente, o fato é que a filosofia francesa contemporânea representada por autores como Foucault e Derrida, sobretudo, estão por trás da trama da crítica *decolonial*. Ou seja, a influência francesa é evidente na construção discursiva denominada de *decolonial* que emergiu como novo campo de militância intelectual que contaminou diretamente os movimentos identitários relacionados com as mulheres, os negros, os indígenas entre outros na América Latina. Ou seja, tanto os estudos culturais na Inglaterra como aqueles que se disseminaram na América Latina e Caribe, mas igualmente na Índia ou na Austrália, revelam (mesmo quando não diretamente explicitados), a cartilha do pós-estruturalismo francês. Logo, a crítica contemporânea, chamada *decolonial*, está de modo direto ou indireto relacionada com a virada linguística dos estudos sobre a colonialidade que marcam as inovações filosóficas ocorridas na França entre os anos 60 e 90 do século XX.

A fama adquirida pela abordagem *decolonial* se explica pelo fato de que ela aparece – aparentemente - como uma ruptura epistemológica com os saberes ocidentais, ao contrário de outras abordagens com aquelas do colonialismo interno ou da teoria da libertação que revelam visível influência do marxismo. Mas o fato é que este desejo de rompimento com a estética positivista moderna foi algo que emergiu não nas fronteiras externas mas na própria França ainda nos anos 60. Trata-se de um ativismo que surgiu nas ruas estimulando o surgimento de um pensamento rebelde que revirou as ciências sociais e as instituições universitárias e que extrapolou as fronteiras das práticas acadêmicas convencionais. Este novo pensamento que F. Guattari sintetizou com objetividade de “revolução molecular” foi algo que prosperou na França de forma intensa estimulando o desejo de ruptura epistêmica e epistemológica com as ciências sociais clássicas europeias, em particular com as tradições do marxismo e do liberalismo, para dar espaço a outras expressões conceituais e normativas. Logo, embora alicerçadas em legítimos sentimentos de indignação nacionalista e regionalista, estas novas teorizações periféricas que constituem a chamada crítica *decolonial*, terminam sendo

² Dufoix, S. *Décolonial*. Paris: Anamosa, 2023.

moralmente arrogante; porque elas não honram devidamente o impacto da linguística e da filosofia prática produzida no campo intelectual francês sobre a emergência destas novas tendências desconstrucionistas que se expandiram pelos departamentos de letras e de estudos culturais nos Estados Unidos, entre os anos 80 e 90 do século XX.

Gostaria de lembrar, igualmente, que a renovação do pensamento francês a partir de rupturas com o historicismo e o positivismo não foi aleatória, mas assentada numa tradição de incorporação do pluralismo cultural na organização do pensamento o que é bem claro nos estudos de Marcel Mauss, sobre o dom, por exemplo, como já lembramos em outra oportunidade³. Mauss soube integrar com habilidade intelectual diferentes tradições antiutilitárias e não somente europeias na sua formulação de uma sociologia relacional que buscou se apresentar como universal e *decolonial* mesmo que culturalmente contextualizada.

A incorporação de uma perspectiva metodológica pluralista na escola francesa tem relação com a adoção de uma perspectiva histórica importante inspirada em trabalhos etnológicos e antropológicos de pesquisadores europeus sobre as situações coloniais. Como desconhecer, por exemplo, que o modo como Lévi-Strauss usa o conceito de raça no seu livro *Race et histoire* (Paris, Unesco, 1952) – diferentemente da perspectiva de Quijano – constitui um argumento importante para a crítica do racismo e a exaltação da presença do Outro mediante o reconhecimento do pluralismo cultural? Claro, a perspectiva de um autor como Lévi-Strauss não é movida pelo sentimento militante, mas pela busca de encontrar os fundamentos simbólicos comuns da realidade humana por trás de sua diversidade cultural.

Também existe na América Latina toda uma literatura que aborda o colonial por diversos ângulos e que não podem ser enquadrados na perspectiva discursiva do *decolonial* e que de algum modo remetem ao campo francês. A presença deste pensamento na organização do campo intelectual da modernidade periférica já se fazia antes pela difusão do positivismo, do existencialismo e do marxismo. Não custa lembrar, neste sentido, que Florestan Fernandes, considerado um dos maiores sociólogos brasileiros, foi assistente de Roger Bastide, grande estudioso da questão dos negros e das religiões de matriz afro-brasileira. Assim, certamente, o interesse de Florestan pelos tupiniquins ou pela situação dos negros na sociedade de classe revela esta sensibilidade intelectual que floresceu na articulação do marxismo com a

³ MARTINS, P. H. *O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial*. *Sociologias*, v. 16, n. 36, p. 22-41, 2014.

sociologia com apoio de uma interpretação antropológica e etnológica evidente, no contexto da colonialidade periférica.

Então, o surgimento recente, desde os anos 90, de uma perspectiva teórica disruptiva na América Latina, como aquela *decolonial*, está associado a este clima de valorização de um olhar cultural pluralista presente na tradição francesa, mesmo quando procura aparecer como um pensamento revolucionário e inédito. Exemplo tipo deste esforço de fundação de um pensamento disruptivo é a obra de Walter Mignolo que chegou a propor uma ruptura epistêmica dos saberes do Sul Global (diga-se saberes insurgentes) com aqueles do Norte Global (diga-se, saberes eurocêntricos) a partir da emergência da chamada crítica *decolonial*. Mignolo que aparece como um dos principais alvos da crítica do “decolonial idealista” no livro, é certamente uma das figuras mais representativas deste vocabulário decolonial que surgiu nos anos noventa do século XX com o grupo Modernidade e Colonialidade⁴. Evidentemente, esta afirmação de ruptura epistêmica é um exagero retórico, sobretudo por não considerar seriamente que a crítica *decolonial* de inspiração linguística que Mignolo usa na sua narrativa, não é tão original assim.

Estudando a genealogia do termo constatamos, como já assinalamos acima, a influência do “French Theory” na produção desta teoria de forte influência dos estudos de linguagem no campo da sociologia e das ciências sociais. Concordo, assim, integralmente com Cahen que a *decolonialidade* como apresentada por Mignolo e outros revela uma simplificação sociológica que busca deliberadamente ou não esconder sua genealogia histórica. Logo, ela gera distorções teóricas e práticas que prejudicam uma compreensão mais ampla dos problemas estruturais dos sistemas periféricos como um todo e dos estados nacionais, em particular.

É necessário se evitar o erro de se propor vagamente uma ruptura epistêmica com a tradição filosófica europeia recente influenciada pela linguística e pela semiótica, em nome de um programa teórico cuja originalidade histórica não é evidente. Cahen com toda a razão se insurge contra esta leitura simplificada da realidade que contribuiu para animar os desejos de

⁴ O Projecto M/C se formou no ano de 1998 quando o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, com apoio da CLACSO, organizou em Caracas um evento em que foram convidados Walter Mignolo, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Arturo Escobar e Fernando Coronil. A perspectiva decolonial que marca este grupo propôs ter havido um processo de racialização durante a colonização, que estaria na base da instalação de um sistema econômico capitalista e de modernidade europeia.

radicalidade e de insurgência dos movimentos identitários na América Latina nas últimas décadas (sobretudo os movimentos negros e aquele das mulheres). Isto, ao custo de uma desorganização preocupante do conjunto dos movimentos sociais, sobretudo aqueles sindicais, corporativos e comunitários que estão voltados para os temas das normas de produção e de distribuição de riquezas coletivas há muitas décadas. Por isso, lembra Cahen, o termo *decolonial* é ambíguo pois “incorpora ao mesmo tempo os estudos literários, as ciências sociais e o militatismo...” (p.28).

Minha relação com o tema da colonialidade vem dos anos 80 no período que estive na França fazendo meu doutorado. Lembro, em particular, minha aproximação com autores antiutilitaristas que faziam a crítica do mercantilismo e do modelo ocidental de desenvolvimento como Alain Caillé e Serge Latouche e na esteira da obra universal de Marcel Mauss. Isto aconteceu antes mesmo do contato que tive com a produção dos autores latino-americanos sobre o *decolonial*, como Mignolo e Quijano, que viviam ou ensinavam nos Estados Unidos, nos anos noventa, e que revelavam a influência dos estudos subalternos na Índia, que por sua vez abria novos usos do marxismo a partir do pós-estruturalismo francês.

Por isso, sou a favor de um entendimento mais amplo do diálogo institucional em ciências sociais entre campos institucionais e acadêmicos do Norte Global e do Sul Global, como venho defendendo há anos.⁵ Na minha percepção, as noções de Norte e Sul ajudam a visualizar mais claramente as hierarquias de poder do capitalismo colonial como o demonstram Santos e Meneses⁶. Pois a construção do campo da crítica teórica é complexa e se faz por cruzamentos de ideias e experiências que não apontam para qualquer separatividade teórica, mas apenas para perspectivas geopolíticas e culturais diferenciadas de interpretação do poder colonial no desenvolvimento da sociedade global. Não estamos, evidentemente, defendendo que este “diálogo” entre Norte e Sul tenha sido simétrico nem que a diferença entre Norte Global e Sul Global não seja relevante. Ao contrário. Entendo que o colonialismo é uma realidade histórica e que a definição do capitalismo deveria passar sempre pela ideia de capitalismo colonial como processo único mesmo que ambíguo para abranger a complexa e contraditória trajetória do cientificismo e do iluminismo. Ou seja, não há como negar que a

⁵ Ver a este respeito: MARTINS, P. H. *La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária*. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones CICCUS - Estudios Sociológicos Editora, 2012. v. 1. 157 p.

⁶ SANTO, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.

formação dos sistêmicos periféricos foi muito influenciada pela violência colonial exercida pelos colonizadores sobre os colonizados, isto é, sobre os povos originários, os escravos, os pobres brancos e sobre o meio ambiente. Esta “colonialidade de poder” revela como a violência institucional impactou sobre a formação autoritária dos estados nacionais periféricos e sobre o aparecimento de sistemas de poder oligárquicos (colonialismo interno) que reproduzem o espírito colonial, até hoje.

Uma segunda razão que demonstra a atualidade do livro para o debate na fronteira do capitalismo colonial é que o autor explora uma leitura ampliada do marxismo e, lógico, das categorias de classe e de dominação para questionar os fundamentos do imaginário latino-americanocêntrico que tende a enfatizar excessivamente o lugar da América Latina na organização da modernidade ocidental. Ele discorda em particular das tentativas de substituir a primazia da leitura marxista de classes sociais pelas leituras que enfatizam a raça (Quijano) ou gênero (Lugones). Cahen discorda desta proposta de ruptura epistemológica a partir do lugar especial e da primazia que a raça ganharia sobre o conceito de classe, que tem como referência central o sociólogo peruano Aníbal Quijano. Cahen recusa a ideia de que o conceito marxista de classe teria utilidade secundária em sociedades de origem colonial nas quais as classes assalariadas seriam minoria e os grupos étnicos seriam maioria. Ele lembra que a crítica marxiana tem ampliado muito o uso do conceito para adequar a situações históricas particulares.

Este é o ponto mais polêmico do debate do autor com a crítica pós-colonial, em geral, e não somente aquela *decolonial*. Na verdade, o próprio Quijano é um autor intelectualmente complexo. Pois ele tem uma filiação teórica muito mais próxima do marxismo que do pós-estruturalismo, como se depreende de sua filiação à tradição de Mariátegui no Peru, associando raça e classe, como de sua filiação às teorias da dependência (Magnelli, Maia e Martins, 2024)⁷. O debate é muito importante para se compreender as perspectivas de resistências e de emancipação de práticas anticapitalistas, tanto a partir de dentro como a partir de fora do capitalismo central, no momento atual. Neste sentido, Cahen tem toda razão de acionar sua perspectiva francesa pluralista para lembrar que a colonialidade é um fenômeno amplo e que as formas particulares que adota na América Latina e Caribe precisam

⁷ MAGNELLI, A.; MAIA, F. e MARTINS, P. H. *Dependency theories in Latin America: An intellectual reconstruction*. London: Routledge, 2024.

ser contextualizadas, mas respeitando o processo mais geral da colonização ocidental no plano global. Ele lembra, com razão, que a colonialidade assumiu diferentes perspectivas quando se analisa os casos da África e da Ásia. Ele lembra que a própria Europa foi atravessada por dilemas fundamentais gerados pelas imigrações e organização do trabalho doméstico, reverberando uma ordem patriarcal no capitalismo ocidental.

Enfim, esta reflexão sobre a genealogia do conceito de colonialidade/decolonialidade é fundamental para o avanço da crítica do capitalismo e da busca de saídas políticas capazes de neutralizar as tendências fascistas e totalitárias atuais. O mérito maior do livro, então, é questionar o usos do conceito de colonialidade a partir do que oferecem os chamados teóricos *decoloniais* e, a partir disto, situar as diferenças importantes entre o anticolonial, o pós-colonial, o pós-colonial e o *decolonial*. Neste sentido, o livro oferece uma reflexão muito oportuna para se avançar no debate, sobretudo no Brasil, onde os conceitos de colonial, decolonial, pós-colonial e pós-colonial são usados muitas vezes de modos imprecisos.

Este debate é voltado para revisão das várias vertentes do pensamento pós-colonial, desde suas vertentes conservadoras e provincianas nativistas e nacionalistas até suas versões mais cosmopolitas atuais. Esta necessária revisão deve focalizar não somente as imprecisões semânticas e teóricas do *decolonial*, mas também com o termo anticolonial que tem sido reinterpretado, recentemente, como se fosse uma versão insurgente mais radical do *decolonial*. O anticolonial, como lembra o autor, é igualmente marcado por ambiguidades importantes, visto que não aponta necessariamente para práticas insurgentes e democráticas. O autor lembra que muitos dos processos de descolonização na África foram marcados por um anticolonialismo inspirado no marxismo stalinista e voltado para o fortalecimento do poder estatal. O mesmo podemos dizer com relação à América Latina onde as reações nativistas não apontavam para motivos libertários, mas, simplesmente, para dar espaço às oligarquias regionais e locais (e coloniais) na organização do poder e da dominação nos sistemas periféricos.

O conceito de pós-colonial também se oferece a confusões pois passa a impressão de que estamos num mundo posterior ao colonial. É a mesma crítica que se faz ao pós-moderno. No entanto, como o lembra com propriedade S. Hall⁸ “uma das principais contribuições do

⁸ HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006. p. 101-102.

termo pós-colonial tem sido de dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais”. Este me parece um ponto central deste debate, o de entender o capitalismo colonial ocidental como um processo único mas que convive com outros processos de colonialidade no sistema-mundo. No entanto, penso que o avanço da crítica teórica não se resolve simplesmente pela disputa sobre qual o fator predominante na organização do capitalismo colonial: raça ou classe? Entendo, seguindo neste ponto, B. Santos, de que não se pode confundir o capitalismo com o patriarcalismo. Se ampliamos o capitalismo para todos os tempos para abarcar o patriarcalismo, a crítica ao ocidentalismo perde sua especificidade e seu interesse. Se reduzimos o capitalismo ao modo de produção e de exploração econômica perdemos a possibilidade de fazer uma crítica cultural mais ampla do capitalismo colonial no momento presente de forte presença de uma cultura do consumismo que reproduz a colonialidade no plano das subjetividades.

Penso que a solução mais apropriada é entender que a ordem patriarcal tradicional, herdada das tradições monoteístas e das ordens imperiais complexas como a romana, conhecem transmutações com o capitalismo moderno e com os novos arranjos familiares, no trabalho e na política. Neste sentido, creio que é bem oportuna a proposta de R. Sennett⁹ de explicar as transformações da autoridade na modernidade ocidental a partir das transmutações do patriarcalismo no paternalismo urbano. Este adapta a dominação masculina a novas formas de sociabilidade que diminuem o peso dos laços consanguíneos, para liberar outros modos de organização da autoridade mais abertos à diversidade e que garantem a separação entre casa e trabalho.

O livro é dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Por uma precisão dos conceitos” ele desenvolve uma reflexão muito importante e didática sobre as escolas de estudos pós-coloniais e *decoloniais* em diferentes continentes e países que me parece imprescindível, no meu entender, para clarificar a confusão conceitual que foi criada no Brasil entre movimentos de militantes e de intelectuais acadêmicos.

No segundo capítulo intitulado “A colonialidade do sistema-mundo capitalista” ele avança na tese de que a separatividade entre países colonizadores e colonizados não pode ser vista de modo simplificado na medida em que “a presença de formas não capitalistas no seio

⁹ SENNETT, R. *Authority*. London: Faber and Faber, 1980.

do capitalismo não é uma exclusividade das periferias”. Ao contrário, ela é extremamente frequente mesmo no centro, por exemplo, nas relações de domesticidade, ou na perenidade de uma atividade agrícola no seio de uma população já proletarizada” (p. 95). A existência dessas formas nos sistemas centrais leva, então, o autor a discordar da preferência histórica que Quijano dá ao conceito de raça sobre o de classe. Ele propõe que foi a expansão do capitalismo que abriu o sistema-mundo capitalista a diversas formações sociais que não foram diretamente produzidas pelo MPC, incluindo o tema da raça (p. 96). Esta perspectiva me faz lembrar as teses dos teóricos marxistas que buscavam interpretar a dependência como fenômeno ligado ao capitalismo global como vemos em Theotonio dos Santos¹⁰ e também em Immanuel Wallerstein¹¹ com a tese do sistema-mundo.

No terceiro capítulo intitulado “Decolonial: de Quijano a Mignolo, depois Escobar”, Cahen busca aprofundar sua discussão com estes três autores que são representantes típicos da crítica *decolonial*. Ele traz elementos importantes para se discutir os usos dos termos: universal, universalismo, pluriversalismo e diversidade. Esta é uma questão muito importante, pois tem relação com as perspectivas de validação da crítica pós-colonial num mundo que se move sistemicamente entre impulsos de globalização e de desglobalização.

No quarto capítulo intitulado “Do bom uso do post(-)colonial, da colonialidade e do decolonial” ele retoma o debate sobre a questão de saber se existem sociedades pós-coloniais, avançando com a discussão sobre o anticolonial, o decolonial e a interseccionalidade. No final das contas, o autor se posiciona contra um decolonial idealista e propõe um decolonial engajado “uma luta, uma pesquisa em ciências sociais oposta à colonialidade do poder (do qual depende a colonialidade do saber)” (p. 173).

No quinto capítulo intitulado “O decolonial e a guerra”, Cahen busca ampliar o debate sobre o colonial questionando o interesse para o debate teórico do conceito de Sul (que é usado em contraponto ao Norte, por autores como B. Santos na construção da tese da Ecologia de Saberes, por R. Connel, com a tese da Teorias do Sul, e eu, inclusive, com a tese da Teoria Crítica da Colonialidade). Concordo com o autor que ao se analisar o caso da Rússia, por exemplo, vemos que o termo Sul tem muitas imprecisões. Mas, pessoalmente,

¹⁰ SANTOS, T. *Dependencia y cambio social*. Chile: CESO.

¹¹ Wallerstein, I. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan.

considero que este conceito tem utilidade teórica ao permitir se entender como se fez a expansão geopolítica do capitalismo colonial e a formação dos estados nacionais periféricos.

Para mim, é muito importante a tradução deste livro pois entendo que Cahen avança com elementos que ajudam a esclarecer as particularidades do processo colonial a nível planetário. Mas também acho que estas categorias de Sul e Norte não podem ser usadas como uma construção bipolar, mas como padrões gradativos de organização da hierarquia de poder dos processos imperialistas. Creio que esta classificação deveria ser vista mais como uma representação geopolítica que marca diversas expressões de colonialidade entre centro e periferias, o que entendemos quando observamos as variadas situações de colonização e de colonialidade conectando países tão diversos como China, Austrália, Portugal, Brasil e África do Sul. Também considero que o autor poderia ter dado menos atenção ao que Mignolo pensa sobre a ideia de Sul Global e buscar entender como outros autores que não pertencem necessariamente ao grupo Modernidade/Colonialidade pensam o conceito.

Finalmente, considero que o texto deveria ser traduzido para o português pois ele oferece uma contribuição importante para atualizar a importância do marxismo para os estudos pós-coloniais. No entanto, seria interessante uma conclusão na qual o autor estabeleça alguns pontos que ele considera relevantes para o avanço do diálogo, sobretudo com nós, estudiosos do tema da colonialidade no Sul Global, em particular no Brasil. O autor, penso, dedicou muito tempo a elucidar as tramas e contradições do *decolonial*, mas esqueceu de compartilhar dúvidas e pistas para se avançar no debate sobre as características do capitalismo colonial e sobre os caminhos para sua crítica.

REFERÊNCIAS

CAHEN, M. *Colonialidade: Um apelo à precisão de um conceito*. Paris: Éditions Karthala, 2024.

DUFOIX, S. *Décolonial*. Paris: Anamosa, 2023.

HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006. p. 101-102.

MARTINS, P. H. *O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial*. *Sociologias*, v. 16, n. 36, p. 22-41, 2014.

MAGNELLI, A.; MAIA, F. e MARTINS, P. H. *Dependency theories in Latin America: An intellectual reconstruction*. London: Routledge, 2024.

SANTOS, T. *Dependencia y cambio social*. Chile: CESO, 1971.

SENNETT, R. *Authority*. London: Faber and Faber, 1980.

WALLERSTEIN, I. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.